

Anexo 3. Fichas dos Projetos

PROJETO 01: IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

1. Escopo ou finalidade do projeto

Consolidar as informações que contribuam para mapear as competências dos servidores objetivando desenvolver o planejamento de gestão de pessoas com foco em competências e objetivando incrementar a qualidade do serviço oferecido.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário

4. Justificativa

A Gestão de Pessoas por Competências traz benefícios para a instituição, permitindo a identificação das competências necessárias para a consecução dos objetivos organizacionais, bem como as necessidades de desenvolvimento dessas competências pelos servidores em face de suas atribuições/funções e, conseqüentemente, o direcionamento da capacitação das pessoas, racionalizando gastos e contribuindo para um melhor desempenho funcional. Proporciona, ainda, a otimização do processo de seleção e lotação dos servidores nas unidades organizacionais, já que prevê o desenvolvimento de um banco de talentos do PJPR.

PROJETO 02: PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS

1. Escopo ou finalidade do projeto

O projeto de Plano de Carreiras, Cargos e Salários pretende definir os recursos humanos atuais e prever os recursos humanos futuros, (re)definir as atribuições, deveres e responsabilidades específicas de cada cargo, definir especificações de cargos, adequar/atualizar/estabelecer uma estrutura salarial (condizente com a realidade econômica atual e com os outros Poderes) e oferecer remuneração que possa produzir nos servidores a motivação necessária para elevar sua produtividade.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição

3. Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário

4. Justificativa

O projeto permitirá uma clara visualização das possibilidades de crescimento na carreira, bem como as vantagens desse crescimento profissional. Os servidores terão uma percepção maior dos critérios de promoção para atuação em áreas diversas promovendo o interesse pela progressão na carreira visto que as expectativas de reconhecimento de mérito dos empregados poderão ser expressas por este instrumento.

Propiciará também uma percepção mais clara de seus próprios cargos já que, no momento, o PJPR não possui uma descrição formal da sua grade de cargos.

O PJPR necessita de ferramentas para gerir seus recursos humanos, não se limitando apenas às demandas legais, mas para integrar suas atividades e promover o aumento da produtividade, priorizando a prestação de um serviço público de qualidade.

PROJETO 03: IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO

1. Escopo ou finalidade do projeto

Implantar programas de qualidade de vida e trabalho no PJPR para promover a melhoria das condições de trabalho e da prestação dos serviços públicos judiciários.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

3. Clientes do projeto

Servidores do Poder Judiciário

4. Justificativa

A crescente demanda por melhores condições de vida e trabalho requer a implantação de programas de qualidade que contribuam para o bem-estar das pessoas, para o aumento da produtividade no trabalho e para a redução dos índices de absenteísmo além de melhora considerável na motivação das equipes de trabalho.

PROJETO 04: GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL - PGAS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Implementar a Gestão Ambiental no PJPR, por meio de procedimentos institucionais, com vistas à inserir “Atitudes que Fazem a Diferença”, submetidas ao conceito de sustentabilidade em todas as atividades realizadas, adotando ações economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Responsabilidade Social

OBJETIVOS:

- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

3. Clientes do projeto

Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável;

Os membros do Tribunal de Justiça: Desembargadores, Juizes de Direito, Juizes de Direito Substitutos em 1.º e 2.º grau;

Todas as unidades administrativas e judiciárias do 1.º e 2.º graus de jurisdição;

Todos os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria, serventuários, funcionários da Justiça, estagiários e funcionários das empresas prestadoras de serviços na Instituição, bem como os colaboradores.

4. Justificativa

Tendo em vista a premente necessidade de se abordar os temas relacionados às questões ambientais em toda a sociedade, o Poder Judiciário pretende contribuir com a preservação do meio ambiente através da inserção dos valores sustentáveis em todas as atividades realizadas na instituição. Em sintonia com a preocupação mundial, cabe ao Poder Judiciário do Paraná, por meio desse programa, dar seus primeiros passos na otimização e redução do consumo dos recursos naturais. O objetivo é minimizar as agressões provocadas ao meio ambiente, adotando estratégias ecologicamente corretas e ações que possibilitem a mudança de comportamento e a internalização de atitudes para a melhoria da qualidade de vida.

PROJETO 05: AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Aderir à Agenda Ambiental na Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente, implementando-a no Poder Judiciário do Estado do Paraná.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Responsabilidade Social

OBJETIVOS:

- 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

3. Clientes do projeto

O Poder Judiciário, seus agentes, colaboradores, usuários e toda a sociedade.

4. Justificativa

O Poder Judiciário, como grande comprador e consumidor de recursos naturais e com grande poder multiplicador de suas ações pode induzir práticas de consumo consciente e despertar a preocupação individual e coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica, estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais, promovendo a inserção da variável ambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

PROJETO 06: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS, ESPECÍFICAS E SÓCIO-HISTÓRICAS

1. Escopo ou finalidade do projeto

Desenvolver competências essenciais ou instrumentais relacionadas ao domínio de conhecimentos e habilidades básicas e fundamentais para o exercício e bom desempenho profissional.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 8 - Aprimorar processos de trabalho

3. Clientes do projeto

Servidores da instituição em geral, indicados a partir das demandas levantadas junto às unidades administrativas, com destaque para atendimento ao Foro Judicial.

4. Justificativa

Imprescindível a modernização dos processos de trabalho, de modo a atender satisfatoriamente e com qualidade às demandas da sociedade.

Desenvolver conhecimentos e habilidades, com relevância para os aspectos comportamentais e atitudes proativas e éticas, demandam prioridade de investimentos, para dinamizar e adequar o sistema judiciário à nova realidade nacional.

PROJETO 07: REGULAMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ESCOLA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA ESTADUAL - ESEJE

1. Escopo ou finalidade do projeto

Regulamentação do orçamento anual da ESEJE, a partir da criação de uma comissão mista, para estudar e garantir o aumento de investimentos.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários
- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 4 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas

3. Clientes do projeto

Servidores da instituição em geral, indicados a partir das demandas levantadas junto às unidades administrativas, com destaque para atendimento ao Foro Judicial.

4. Justificativa

A formação continuada exige novos investimentos, especialmente para a implementação da modalidade de oferta em educação à distância (EAD), além da necessidade de viabilização do acesso aos cursos em todas as comarcas do Estado.

São demandas especializadas, tanto para a aquisição de equipamentos quanto para recursos educacionais e para a contratação da instrutoria.

Os recursos para estes investimentos devem estar reservados - com um mínimo estabelecido - e devem ser disponibilizados em tempo hábil para a realização dos cursos, prevendo-se valores suficientes, autonomia de aplicação e mais agilidade na tramitação burocrática de liberação do recurso e prestação de contas, sem prejuízos para a imagem institucional.

PROJETO 08: ASSESSORIA DE IMPRENSA PROATIVA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Tornar proativa a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná, para melhorar a imagem do PJ junto à opinião pública.

Antecipar-se aos veículos de comunicação, pautando-se com uma agenda positiva.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Atuação Institucional

OBJETIVOS: 5 - Melhorar o clima organizacional

12 - Estabelecer comunicação social integrada

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Magistrados e servidores do Poder Judiciário, veículos de comunicação e sociedade em geral.

4. Justificativa

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Paraná funciona, hoje, de forma reativa, ou seja, é normalmente acionada para atender a demandas dos veículos de comunicação, como pedidos de informações e de entrevistas.

É possível equilibrar a relação com a imprensa a partir de uma atuação mais efetiva deste setor do TJ na prospecção de temas (pautas) de interesse público que possam despertar, eventualmente, interesse jornalístico.

O resultado do esforço para sensibilizar especialmente os jornalistas da área seria uma exposição maior de medidas tomadas para melhorar a prestação jurisdicional, o que diminui o impacto do noticiário negativo, geralmente focado na morosidade da Justiça.

PROJETO 09: CENTRAL DE MANDADOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Pretende-se a criação da Central de Mandados, instituída pelo artigo 267, do CODJ-PR, com 1ª, 2ª e 3ª fases de estudos, para sua implantação.

Este projeto será dividido em três (3) subprojetos, conforme se trate da 1ª, 2ª ou 3ª fase.

A 1ª fase será desenvolvida com a maior brevidade possível, num projeto-piloto, devido à urgência da regulamentação contida no Provimento 168 da Corregedoria-Geral da Justiça.

Na 2ª e 3ª fases, além das atribuições que lhe foram conferidas à Central na 1ª fase, a Central abrangerá os mandados do Foro Central e dos Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. As fases contemplarão as seguintes atribuições:

As Varas que serão estatizadas, inicialmente, não participarão do sistema da Central de Mandados da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Atuação Institucional

OBJETIVOS: 5 - Melhorar o clima organizacional

12 - Estabelecer comunicação social integrada

13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental

15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Juízes de Direito, Servidores, Corregedoria-Geral de Justiça, Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Advogados e partes, Comarcas de Entrância Final do Estado do Paraná.

4. Justificativa

A implantação de uma Central de Mandados para as Comarca do Paraná é necessária para se alcançar a celeridade e a efetividade da jurisdição. Trata-se também, de atender aos princípios insculpidos na Constituição Federal, que determinam que o Estado tem o dever de propiciar prestação jurisdicional célere e eficaz, conforme os artigos 5º, inciso LXXVIII, e 37, *caput*, da citada Carta Magna.

PROJETO 10: MONITORAMENTO DE VARAS

1. Escopo ou finalidade do projeto

Objetiva catalogar dados obtidos com o monitoramento das varas judiciais e de utilizá-los para estabelecer critérios mínimos de estrutura, eficiência e desempenho em todo o Estado, bem como para a instituição de parâmetros uniformes para análise de produtividade dos magistrados de primeiro grau de jurisdição e para o dimensionamento do prazo razoável de duração do processo.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional.

OBJETIVOS:

- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Presidência do TJ, Foro Judicial no primeiro grau de jurisdição, Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento de Informática.

4. Justificativa

Alcançar os seguintes objetivos

- a) Transparência na arrecadação das custas judiciais pelas serventias não-estatizadas e na aplicação destes recursos em benefício da atividade jurisdicional;
- b) Criação de um banco de dados estatísticos que permite o controle de demanda e desempenho de todas as unidades judiciárias do Estado, com ampla melhora na análise dos fatores de Administração da Justiça (criação-extinção de varas, comarcas etc);
- c) Desenvolve o sistema de cadastro processual, de tal forma a permitir à população o acesso mais didático às movimentações do processo, criando previsibilidade na impulsão dos autos. Por outro lado, o comparativo do tempo médio de duração do processo por fases permitirá o controle social do desempenho da vara e do juiz;
- d) Cria marcadores de desempenho (matemáticos) das varas, de tal forma que permitirá a análise de comportamento administrativo. O magistrado, por sua vez, terá idéia do desempenho de seus subordinados, determinando as providências administrativas para correção de irregularidades. As varas com melhor desempenho poderão ser examinadas para a extensão de suas práticas às demais unidades;
- e) Estabelece os critérios de produtividade dos magistrados em primeiro grau de jurisdição. Tais critérios levam em consideração a produção e a qualidade da atividade jurisdicional, bem como a capacidade de o magistrado reduzir o tempo de duração do processo. Neste último caso, a atividade conciliatória é extremamente beneficiada;

- f) Estabelece os mecanismos para a harmonização do tempo de duração do processo em todo o Estado do Paraná, considerando as particularidades de cada unidade jurisdicional, tendo permitido a aceleração imediata dos processos inseridos no interlúdio traçado pela META 2;
- g) Diminui o número de conclusões desnecessárias aos magistrados, otimizando o seu tempo de trabalho. Por outro lado, cria rotinas para a impulsão automática e padronizada de processos por matéria;
- h) Estuda e desenvolve um sistema de "células de trabalho" a ser aplicada as varas judiciais. Tal sistema traçará uma proporção entre o número de processos que cada célula poderá absorver em determinado período de tempo. Aumentando-se a demanda de ações, poder-se-á aumentar o número de células, impedindo o congestionamento da atividade jurisdicional. Ademais, toda a estrutura necessária para o funcionamento das células será dimensionada;

PROJETO 11: PADRONIZAÇÃO DE ROTINAS INTERNAS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Mapear, padronizar e automatizar as rotinas internas da Corregedoria-Geral da Justiça

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

8 - Aprimorar processos de trabalho

9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho

14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos Clientes do projeto

3. Clientes do Projeto

Magistrados e servidores do Poder Judiciário, no 1.º grau de jurisdição, Corregedoria-Geral da Justiça, Departamento de Informática

4. Justificativa

Necessidade de padronização e automatização dos procedimentos administrativos internos da Corregedoria-Geral da Justiça.

PROJETO 12: SISTEMA UNIFORMIZADO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Padronizar a arrecadação para todo o Estado do Paraná, para recolhimento de custas e despesas processuais, baseado na utilização de metodologia de cobrança bancária.

O presente projeto não abrange o recolhimento das custas de 2.º grau; os valores devidos a título de FUNREJUS; os recolhimentos de custas e despesas do Superior Tribunal de Justiça; do Supremo Tribunal Federal; e de outras receitas federais recolhidas por meio de Documento de Arrecadação de Receita Federal - DARF ou Guia de Recolhimento da União - GRU.

Os recolhimentos de despesas de condução de Oficiais de Justiça ainda não fazem parte do projeto, mas em breve serão por ele absorvidos.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Orçamento

OBJETIVOS:

- 1 - Promover a gestão dos recursos orçamentários
- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário

3. Clientes do projeto

Advogados, usuários dos serviços forenses, servidores, população e as Unidades Administrativas (escrivânias)

4. Justificativa

Oferecer maior comodidade aos usuários e maior eficiência no controle pelo Tribunal de Justiça, possibilitando ao Poder Judiciário conhecer com precisão o montante da arrecadação financeira das escrivânias.

PROJETO 13: ESTATIZAÇÃO DAS VARAS JUDICIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Estatizar as serventias judiciais.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 11 - Garantir o alinhamento estratégico nas unidades do Judiciário
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Advogados, usuários dos serviços forenses, serventuários, população

4. Justificativa

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 31 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, determinou fossem estatizadas todas as serventias do foro judicial.

PROJETO 14: EDIFICAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DO 2.º GRAU DO PODER JUDICIÁRIO

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Construção do Arquivo Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, em área de 6.096,16 m², adquirida com recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
- 15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Centro de Protocolo Judiciário Estadual e Arquivo Geral, Departamento de Engenharia e Arquitetura, Departamento do Patrimônio, Departamento Econômico e Financeiro, Secretaria e Subsecretaria, FUNREJUS, Assessoria do Planejamento da Presidência e Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, todos os demais departamentos e órgãos da Secretaria do TJ, Advogados, usuários do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Organização, recolhimento, triagem, arquivamento e segurança de documentos, preservação da memória do TJPR, acessibilidade ao público para pesquisas, com função educativa e cultural, dando concreção ao disposto no artigo 216, par. 2.º da CF e Lei 8159/91.

PROJETO 15: SISTEMA PARA GERAÇÃO E CONTROLE DE CERTIDÕES JUDICIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Gerar e controlar a emissão de certidões mediante a utilização de sistema informatizado.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos
- 15 - Fortalecer as relações entre os Poderes, Instituições e setores da sociedade

3. Clientes do projeto

Advogados, usuários dos serviços forenses, servidores, população.

4. Justificativa

Atualmente, o Tribunal de Justiça, não possui ferramenta eficaz e adequada de controle das certidões emitidas nas Unidades Judiciárias Estatizadas. Também não há possibilidade de geração de certidões gratuitas via *web*, o que já é disponibilizado por outras esferas do Poder Judiciário e em outros Estados da Federação.

Destaque-se ainda que, a atual legislação estadual, desrespeita preceito constitucional inscrito no art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b, que assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Acredita-se que mediante a oferta de certidões pela *internet*, o Tribunal de Justiça reduzirá custos operacionais como pagamento de salários e insumos a servidores empregados na elaboração destas certidões e, na medida do possível, disponibilizará determinadas modalidades de certidões de forma gratuita, em observância ao comando constitucional acima citado. Igualmente o projeto avisa alinhar o Poder Judiciário aos princípios administrativos da eficiência e da economicidade.

PROJETO 16: GUIA DE RECOLHIMENTO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Ampliar o alcance do sistema uniformizado, utilizando-se de metodologia de cobrança bancária, mediante boleto pagável em qualquer banco, ou estabelecimento congênere, inclusive fora do horário de atendimento bancário. Promover a gestão da arrecadação de todas as custas referentes a atos praticados pelos atuais Oficiais de Justiça e pelos praticados por Técnicos Judiciários designados para essa finalidade (art. 8º, § 2.º, da Lei Estadual 16.023/2008), objetivando o ulterior repasse a quem de direito (servidores ou Fundo da Justiça, a depender do caso).

2. Alinhamento estratégico

TEMA:Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

- 2 - Incrementar recursos financeiros para a gestão da estratégia
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Oficiais de Justiça, o Poder Judiciário, na figura do Fundo da Justiça, Departamento de Informática, Advogados, usuários dos serviços forenses.

4. Justificativa

Dar maior comodidade aos usuários e maior eficiência no controle pelo Poder Judiciário, disponibilizando guia de recolhimento das custas dos oficiais de justiça, o que se faz no presente projeto.

Cumprir salientar que após o advento da Lei Estadual 16.023/2008, o cargo de Oficial de Justiça foi extinto, passando suas atribuições a serem desempenhadas por Técnicos Judiciários designados para essa finalidade (art. 8º, § 2.º). Desta forma, as despesas de condução, ou custas dos Oficiais de Justiça, nas Unidades Estatizadas, serão destinadas ao Fundo da Justiça, necessitando de ferramenta operacional adequada para a arrecadação de tais receitas. Por outro lado, os atuais ocupantes dos cargos de Oficial de Justiça continuarão sob a égide do regime jurídico antigo, com o direito adquirido à percepção das custas de locomoção para o cumprimento de atos de seu ofício, o que deve ser contemplado no presente projeto. Destaque-se que o atual sistema de arrecadação de custas referentes a atos praticados pelos oficiais de justiça, não atende aos padrões e normas bancárias da FEBRABAN e limita-se, tão somente, a permitir o mero depósito bancário no banco e agência no qual o Oficial de Justiça possui conta. Ademais, a ferramenta atual não permite qualquer modalidade de controle financeiro sobre as custas aferidas pelos Oficiais de Justiça, com vistas a estimar percentuais de correspondência aos seus vencimentos.

PROJETO 17: IDENTIFICAÇÃO DA SATISFAÇÃO DAS PESSOAS COM A INSTITUIÇÃO

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Identificar o grau de satisfação dos servidores com as condições de trabalho e remuneração oferecidas pela instituição para o desempenho de suas funções e dos usuários em relação ao atendimento nas unidades administrativas.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Gestão de Pessoas

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 12 - Estabelecer comunicação social integrada

3. Clientes do projeto

Servidores e usuários do PJPR

4. Justificativa

Não há no PJPR um levantamento formal que possa identificar o grau de satisfação das pessoas com a instituição. Isso faz com que a maioria das medidas adotadas sejam baseadas na experiência dos gestores envolvidos. Com uma pesquisa formal de satisfação é possível a utilização desses dados como uma ferramenta para intensificar o investimento nas áreas mais prioritárias e que agreguem maior valor aos serviços prestados pelo PJPR.

PROJETO 18: AQUISIÇÃO DE SERVIDORES CORPORATIVOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Apresentação das especificações técnicas para aquisição de servidores corporativos que serão utilizados para a unificação de máquinas físicas, do *Datacenter*, bem como para obtermos a redundância necessária para os serviços críticos deste Tribunal de Justiça.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 12 - Estabelecer comunicação social integrada

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Departamento de Informática e demais Unidades administrativas do Poder Judiciário que atuam no processo.

4. Justificativa

A aquisição se torna necessária em virtude de que com o grande volume de novos serviços, as máquinas hoje existentes em nosso *Datacenter* teriam que sofrer um *upgrade* para atender a demanda prevista.

Outro fator relevante trata da administração destas máquinas, hoje físicas, que é bem mais oneroso a este Tribunal.

PROJETO 19: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE 1.º GRAU.

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Consolidação das bases de dados judiciais para permitir o gerenciamento e eliminação da duplicidade de informações.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Corregedoria-Geral da Justiça, CNJ, Foro Judicial (1.º e 2.º graus), Advogados e usuários do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Proporcionar a otimização da tomada de decisão, fazer diagnóstico, fiscalizar, transparência ao Poder Judiciário, tendo em vista que, hoje, as bases de dados são descentralizadas, dificultando a consolidação de dados.

Um exemplo disso seria o caso do atendimento ao Provimento 159, que trata do sistema avançado de cadastramento processual.

PROJETO 20: AQUISIÇÃO DE STORAGE COM REPLICAÇÃO DE DADOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Promover a replicação de dados que serão utilizados para a unificação da massa de dados, deste Tribunal, bem como para obtermos a redundância necessária para garantir a disponibilidade contínua dos serviços.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Departamento de Informática e demais unidades administrativas do Poder Judiciário envolvidas no processo de aquisição.

4. Justificativa

A aquisição se torna necessária em virtude do grande volume de dados e a manutenção de alta disponibilidade. A replicação dos dados será feita para locais distintos, ou seja, em nosso *datacenter*, localizado no 4º andar do Palácio da Justiça e no Edifício Anexo localizado no piso -1 em nossa sala técnica. Assim estaremos trabalhando para gerar ainda mais confiabilidade e disponibilidade de toda a massa de dados do Poder Judiciário.

PROJETO 21: IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE MONITORIA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Criação de uma estrutura interna voltada para as ações de monitoria de serviços e equipamentos de tecnologia da informação. Esta ação requer a qualificação de pessoal e a utilização de ferramentas de monitoria, para que um grupo de atendentes possam detectar e solucionar, no menor tempo possível, os problemas relativos a serviços e aplicações disponibilizadas.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Com a implantação da central, será possível uma ação preventiva e mais efetiva em relação ao parque de equipamentos e serviços disponibilizados, permitindo uma maior disponibilidade para as atividades relacionadas à prestação jurisdicional.

PROJETO 22: CRIAÇÃO DE *DATACENTER BACKUP*

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Dotar a estrutura do PJPR de solução alternativa consolidada e equivalente ao *datacenter* principal, permitindo a alta disponibilidade dos sistemas de suporte à prestação jurisdicional.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo os clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários, bem como os usuários externos que representam a população em geral e que necessitam dos serviços do Poder Judiciário.

4. Justificativa

Com a criação de um ambiente de *backup* será possível aumentar o nível de segurança e a disponibilidade dos serviços relacionados à prestação jurisdicional.

PROJETO 23: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE PROTOCOLO DIGITAL COM ESPECIALIZAÇÃO POR SETOR

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Integração das informações administrativas, que hoje se encontram descentralizadas, impedindo a sua consolidação.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Infraestrutura e Tecnologia

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

O projeto em questão estará atendendo aos clientes internos, ou seja, aproximadamente 7.000 usuários.

4. Justificativa

Acompanhamento das informações geradas nas diversas solicitações oriundas de todos os setores internos do PJ.

PROJETO 24: PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DAS REQUISIÇÕES DE COMPRAS E/OU SERVIÇOS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Propor um procedimento operacional padrão para o processamento dos pedidos de compra/contratação de serviços, em especial na execução de sua fase interna, visando a redução do custo da operacionalização desses processos, assim como para evitar a frustração de sua concretização, em face da falta de indicações claras e objetivas (especificações) do objeto a ser contratado.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Todo o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

4. Justificativa

A necessidade atual de contenção de gastos, na Administração Pública acarretou a realização de um exame mais apurado das diversas fases do processo licitatório, em todas modalidades, observando-se que existe sim, uma possibilidade de otimização, facilitação e modernização do sistema até então adotado.

Pretende-se o alcance de um sistema padronizado e único para solicitação da compra/contratação de serviços.

PROJETO 25: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ESSENCIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Desenvolvimento de sistemas relacionados a prestação jurisdicional e que ainda não foram disponibilizados, envolvendo as serventias cíveis, execução fiscal, fazenda pública, infância e juventude.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná e seus usuários.

4. Justificativa

Em função de novas atribuições inerentes aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná será necessário desenvolver novas aplicações que dêem suporte a essa demanda.

PROJETO 26: ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Ampliar a estrutura própria de pessoal do Departamento de Informática, a fim de torná-la compatível com a demanda de trabalho.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência Operacional

OBJETIVOS:

- 3 - Desenvolver planejamento de gestão de pessoas com foco em competências
- 5 - Melhorar o clima organizacional
- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná, órgãos externos que possuem interface direta com o Poder e a sociedade em geral

4. Justificativa

A estrutura atual do Departamento de Informática não permite dar a resposta adequada ao volume de trabalho.

Em função de novas atribuições inerentes aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná será necessário implantar nova estrutura que dê suporte a essa demanda.

PROJETO 27: IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS ESSENCIAIS

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Implementação de sistemas relacionados a prestação jurisdicional e que ainda não foram disponibilizados, envolvendo as serventias cíveis, execução fiscal, fazenda pública, infância e juventude.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná e seus usuários.

4. Justificativa

Em função de novas atribuições inerentes aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná será necessário implementar novas aplicações que dêem suporte a essa demanda.

PROJETO 28: CERTIFICAÇÃO DIGITAL

1. Escopo ou Finalidade do projeto

Viabilizar a utilização da certificação digital em processos virtuais administrativos e judiciais.

2. Alinhamento estratégico

TEMA: Eficiência operacional

OBJETIVOS:

- 6 - Desenvolver sistemas de informação efetivos
- 7 - Intensificar os investimentos no 1.º grau de jurisdição
- 8 - Aprimorar processos de trabalho
- 9 - Otimizar o uso da tecnologia de informação como instrumento de trabalho
- 10 - Garantir a infraestrutura necessária às atividades judiciárias
- 13 - Desenvolver cultura e responsabilidade social e ambiental
- 14 - Buscar a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos

3. Clientes do projeto

Poder Judiciário do Estado do Paraná e seus usuários.

4. Justificativa

Atendimento a Resolução n.º 09/2008 do Órgão Especial e a Lei 11419/2006, além das metas 7,8 e 10 do CNJ.